

Movimento contabiliza 37 universidades em Greve

As negociações com o governo continuam. A última rodada foi realizada no dia 31 de agosto, em Brasília, da qual participaram representantes do MEC, inclusive o Secretário Executivo, Jairo Jorge, parlamentares, Andifes, integrantes do Comando Nacional de Greve (CNG) e dirigentes da Fasubra. Confira o relatório pormenorizado desta reunião nas páginas 2, 3 e 4.



Assembleia dos servidores técnico-administrativos da UFG realizada na Faculdade de Educação

Confira as Resoluções do Comando Nacional de Greve

Pág. 4

CNG avalia consulta que fez à categoria sobre a suspensão da Greve

Pág. 5

Documento avalia: porque manter a posição de suspender a greve

Pág. 6

Assembleia Geral na UFG aprova resolução sobre a Greve

Pág. 8

EDITORIAL

É necessário manter a mobilização

Não é segredo para ninguém a gravidade da crise político-institucional que o país atravessa. Que posição assumir diante desta conjuntura complexa? A análise deste momento histórico não comporta simplificações. Se, de um lado, temos que exigir a apuração rigorosa de todos os casos de

corrupção, por outro, não podemos reproduzir – pura e simplesmente – o discurso da direita que procura semear confusão na opinião pública para fortalecer a sua posição política.

O nosso movimento grevista insere-se neste contexto altamente complexo. Temos que ter muita clareza política: até onde

podemos prosseguir? É claro que não é possível suspender o movimento sem obter garantias concretas para as nossas reivindicações. Também não podemos nos dispersar. Acreditamos que o mais correto, para o momento, é construir uma suspensão unificada da greve e, ao mesmo tempo, assegurar a assi-

natura de um termo de compromisso firmado com o MEC e a Fasubra.

Este jornal que você tem em mãos é um relato minucioso de nosso movimento. Ele é um precioso instrumento para análise da situação vivida pela nossa categoria. Confira nas próximas páginas.

REUNIÃO

Transcrição da reunião entre MEC, Comando Nacional de Greve, parlamentares, Andifes e Fasubra (31/08)

Dando início à reunião a Deputada Fátima Bezerra, colocou que desde a Greve de 2004, a postura da Comissão de Parlamentares, sempre foi no sentido de contribuir com o movimento dos trabalhadores técnicos-administrativos da educação, no sentido de construir espaços de diálogo e negociação. Em 2005, continuam desenvolvendo gestões com o MEC, buscando a retomada do processo negocial entre a FASUBRA/SINASEFE, suspenso em função de um impasse ocorrido na mesa, e a expectativa da Bancada é que a reunião já tivesse ocorrido na semana passada.

A Dep. Alice Portugal argumentou que este momento de diálogo entre os trabalhadores e o MEC, com a intermediação da Bancada, se reverte de importância considerando que a Carreira é fruto de uma negociação bem realizada e exitosa em 2004. O resultado e a experi-

ência da negociação de 2004 demonstra a necessidade de retomada da negociação em 2005, superando o impasse surgido com o “hiato” acontecido a partir do resultado da mesa de 02 de agosto. A frustração da categoria com aquela mesa foi elemento motivador do impasse, que pode ser superado com disposição das partes.

Acrescentou ainda que o MEC fez um movimento positivo cedendo, e recebendo o movimento em Greve. A expectativa da Bancada é grande, esperando que esta reunião possa se traduzir em um momento de diálogo, superando o hiato para que ele não se perdure.

O Presidente da ANDIFES, Professor Oswaldo da Universidade de São Carlos, expôs que acredita na capacidade de negociação do MEC e da FASUBRA, que precisa sentar, dialogar e acertar “as coisas”, e a partir daí com certeza, será cons-



truído uma saída negociada para o impasse.

Com a palavra, o Assessor Executivo Adjunto do MEC, Professor Ronaldo, cumpriu a todo(as), informando que as negociações de 2004 fo-

ram conduzidas pelo atual Secretário Executivo Jairo Jorge, com êxito, resultando na conquista da Carreira para a categoria. Informou que o ofício encaminhado pelo MEC, em sua opinião, “dá conta rigorosamente



BOLETIM
DE
GREVE

SINT-UFG

Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás

- CoordenaA.,o: Fátima dos Reis
- CoordenaA.,o Sindical Adjunto: João Pires Júnior
- CoordenaA.,o de Administração e Finanças: Jílton César Prates
- CoordenaA.,o Adjunto de Administração e Finanças: Agostinho de L. e Silva
- CoordenaA.,o Social: Maria Lucimar M. dos Santos
- CoordenaA.,o Social Adjunto: Eunice Carneiro
- CoordenaA.,o de Formação Política e Sindical: Vera Lúcia Garcia A. Arruda
- CoordenaA.,o de Formação Política e Sindical Adjunto: Antônio Tavares D. Lopes
- CoordenaA.,o de Imprensa e Divulgação: Cleiton Porto Moraes

- CoordenaA.,o de Imprensa e Divulgação, o Adjunto: Antônio G. da Silva
- CoordenaA.,o de Aposentados e Pensionistas: Joana Rosa Mendonça
- CoordenaA.,o de Aposentados e Pensionistas Adjunto: Elena Bonfim Xavier
- Secretário de Organização e Administração, o do Clube: Amarildo Rodrigues Paixão
- Secretário de Organização e Administração, o do Clube Adjunto: Olinto Costa M. Filho
- Secretária de Assessoria Jurídica e Trabalhista: Jandira de Souza L. Gonçalves
- Secretária de Assessoria Jurídica e Trabalhista Adjunto: Joaquim L. de S.,o José
- Secretário de Esporte e Cultura: Luis Mauro de Souza
- Secretário de Esporte e Cultura Adjunto: Benedito B. da Silva

Editor:
Francisco Barros

Projeto gráfico:
Gaspar Pereira

Produção:

ei
editora
interativa

(62) 3587-1406

www.interat.com.br

interat@interat.com.br

REUNIÃO

“Jairo Jorge, Secretário Executivo do MEC, afirma que a proposta apresentada à Fasubra é uma proposta de governo”

te do que estava sendo estabelecido e acordado até aqui”. Acrescentou “Em momento algum o MEC recuou na relação negocial acordada com a FASUBRA”. Considerou ainda “que o Calendário previsto está mantido e reitera o mesmo”. Entrega mais uma vez ao CNG, documento simbolizando o permanente diálogo, presente em todo momento de negociação. Afirmou ainda que para o MEC, todo movimento grevista é legítimo e, entende que seria importante para retomada do processo negocial, manter a categoria em estado de greve.

Passando a palavra para o Coordenador Geral da FASUBRA, Paulo Henrique, este informou que a tradição da FASUBRA, está localizada na busca do diálogo e a FASUBRA tem a consciência que a luta pelas questões corporativas não está isolada. A disputa do patrimônio público é uma constante e o Orçamento da União é o alvo da disputa em toda sociedade. Nesta disputa existe uma gama intensa de setores da sociedade buscando recursos para dar conta de seus interesses setorializados. Relembrou o impasse surgido na MNNP, onde o dificultador se localizou devido à disputa de concepção de Estado e do Serviço Público. A categoria tem a perspectiva de que se tenha um processo ágil de negociação, tendo em vista os prazos de fechamento do Orçamento da União. Colocou ainda que a FASUBRA, em sua trajetória, sempre participou das disputas de Orçamento e tem a consciência das peculiaridades na construção do mesmo. Acrescentou que a expectativa que motiva a Greve, é o avanço na consolidação da Carreira, no tocante às demandas da 2ª etapa da implantação da Carreira e resolução do VBC.

Luiz Antonio - Coordenador Geral da FASUBRA, informou a título de registro, que a Greve das Universidades se estende em todo país. Os movimentos ocorridos por parte do MEC, neste intervalo de tempo não deram credibilidade à mesa de negociação. Manifestou sua opinião de que a proposta apresentada pelo MEC não atende a necessidade da categoria, e informou que a FASUBRA não se posicionou acerca da propos-

ta do MEC de VBC, pois a mesma na 1ª e 2ª reunião não foi apresentada formalmente.

João Paulo - Coordenador Geral da FASUBRA manifestou sua opinião cobrando garantias dos recursos orçamentários apresentados no documento do MEC.

Vicente Neto, Coordenador da FASUBRA, informou sobre a Audiência da FASUBRA com o Ministro da Educação Fernando Haddad, em Salvador, Bahia, onde foi colocada pelo MEC, que o governo demonstrou disposição em dar seqüência a negociação que estava em curso. Colocou ainda que a audiência do dia 02 de agosto apresentou limitações que comprometeram o processo de negociação em curso. Nesta Mesa foram apresentadas dificuldades de garantia dos recursos já comprometidos formalmente pelo MEC, para a implantação da 2ª etapa da Carreira. Nesta audiência ficou uma sensação para a FASUBRA de que não havia nenhuma garantia. E com relação ao VBC, na mesma mesa não foi apresentada nenhuma proposta formal por parte do Governo.

Com a palavra o Coordenador Geral do SINASEFE William, apresentou as demandas do movimento docente e reivindicou mesa para tratar dos assuntos relativos aos docentes, bem como continuar participando da negociação junto com a FASUBRA no tocante aos técnicos-administrativos.

Com a palavra, o Secretário Executivo do MEC, Jairo Jorge, colocou que a relação do MEC com a FASUBRA não é de hoje. Neste período já houve vários processos de negociação, com momentos tensos, durante a Greve de 2004, sempre buscando a resolução das reivindicações da categoria, e este diálogo permanece após a Greve de 2004, buscando dar concretude aos desdobramentos da Carreira. Acrescentou “Vocês já tem a Garantia(...) A Garantia que eu possa dar são estes 18 meses de relação, o que nós assumimos nestes 18 meses de relação, foram cumpridos e garantidos (...) a Carreira, e seu 1º enquadramento é prova disto...”, além do documento assinado pelo Secretário Executivo e pelo Secretário-Executivo Adjunto, com posição de governo. Colocou ainda “(...) Cito como exemplo, a



questão da CIS, o MEC bancou uma posição defendida pelo movimento, mesmo contrariando os Reitores, por entender que a Universidade Pública tem uma dívida com a Sociedade, mas tem também, por dentro da Universidade Pública, uma dívida com a categoria dos técnicos-administrativos, até então discriminados no contexto da academia e não valorizados no seu fazer.(...) Já estivemos em vários lados... inclusive solidários na luta durante o Governo passado pela Carreira.(...) Acrescentou “...O Governo Lula quer fazer a diferença na relação com este setor - de trabalhadores técnicos-administrativos das Universidades Públicas. Por isso valorizou e investiu na aprovação do Plano de Carreira, por entender que através dele os trabalhadores serão valorizados e a Universidade ganha com isso, pois se agregará valor com a categoria qualificada, valorizada e motivada. Afirmou que (...) “o processo que está sendo desenvolvido não é de agora. Foi apresentado uma proposta em julho de 2005 com um Calendário de Negociação que vai até 30 de setembro. “É uma proposta de governo...” (...) No governo as decisões construídas não são rápidas, como na iniciativa privada. Em 2004 o Governo errou quando definiu um prazo e para resolução do acordo e não cumpriu... Em resposta o movimento entrou em Greve. O MEC entendeu e garantiu o processo de negociação. Agora o prazo apresentado e pactuado entre o MEC e o Movimento foi embasado no tempo necessário para fechar a resolução da pauta apresentada, e garantir o tempo necessário para o processo negocial... “Assinamos um documento formalizando nossa proposta e apresentando prazo de negociação... (..) portanto já existia negociação e diálogo. Se houve dúvidas com

relação à proposta formalmente apresentada pelo MEC e se houve dúvidas com relação a reunião do dia 02 de agosto entende que “...as dúvidas foram imediatamente respondidas por documento ao CNG”. Informou que “o cálculo de repercussão de enquadramento da 2ª etapa da Carreira, levantado inicialmente e apresentado formalmente, era de R\$ 250 milhões. Atualmente, com o levantamento mais atualizado, chega a R\$ 320 milhões. Colocou que o MEC está fechando o cálculo final. Informou que a proposta apresentada de resolução do VBC, e que na opinião do MEC não tinha sido discutida com a categoria foi com referência ao estudo apresentado na Mesa, embora de forma verbal. Esta proposta nova, agora formalizada, deve ser debatida. Colocou ainda que o MEC deseja que o diálogo com a FASUBRA seja mantido. Faz um apelo, ratificando o compromisso do MEC, já formalizado, de que até 30 de setembro o MEC estará cumprindo com o seu compromisso com a FASUBRA. Acrescentou “se alguém tem alguma dúvida o orçamento da União prevê 9 bilhões para o Serviço Público e contempla neste montante os recursos suficientes para atendimento do compromisso firmado no documento do MEC”. A proposta do MEC, contida no orçamento será de 320 milhões para enquadramento nos Níveis de Capacitação e Incentivo de Qualificação e 100 milhões para resolução do VBC. Assim... acrescentou “quem tem VBC teria também reajuste com a evolução do step para 3,6%”. Do contrário, não seria justo, pois quem possui VBC não teria nenhum aumento com a nova tabela de step de 3,6%. Finalizou “isto não é justo!!!”. Reforça o apelo no sentido de não simplesmente desconstituir o movi-

REUNIÃO

mento grevista, que é legítimo, mas em dar um crédito à palavra do MEC que está empenhado em retomar o diálogo e o processo de negociação. Informou que tem mantido conversas com o Secretário de Recursos Humanos do MOPG para garantir os recursos já orçados, e que está colocando o compromisso do MEC neste documento, acrescentou “...o documento é muito mais forte do que minha fala...” Acrescentou que com relação ao Auxílio Saúde, está dependendo de algumas questões relativas a GEAP, que está sendo discutida no Governo e que até 30 de setembro teria uma posição sobre o tema. Coloca mais uma vez que é possível construir um acordo maduro com a categoria rumo ao diálogo e a resolução do processo negocial em curso. Disse ainda que em Greve o processo de negociação se dá de forma diferente. O Processo de negociação é outro e que todos já conhecemos. Afirmou que todos os demais itens da pauta serão objeto de discussão, que poderão evoluir para além dos compromissos já firmados em documento. Fez mais um apelo de crédito ao compromisso firmado pelo MEC, agradeceu o empenho dos Deputados no esforço de manter a interlocução e a retomada do diálogo. Após a fala do Secretário o Coordenador Geral da FASUBRA Luiz Antonio questionou sobre posição do MEC acerca da posição do MEC anteriormente apresentada de trabalhar a tabela histórica a partir da evolução do piso de 3 salários mínimos. Paulo Henrique questionou sobre a caracterização da proposta de VBC, se é para resolução em curto prazo, para não criar outras disparidades salariais. Jairo Jorge colocou que à proposta de VBC, foi pensada para resolução em curto prazo, e que esta proposta não inviabiliza possibilidade de trabalhar outras alternativas. Informou ainda que os recursos da Carreira que foi implantada em 2005 não estavam previstos no Orçamento quando da negociação da Lei... Hoje “o Plano é realidade... não é ficção...” O impacto inicial da Carreira atingiu um patamar de R\$ 1.700 bilhões que não pode ser desconsiderado. Para janeiro de 2006 a categoria dos Téc-



nicos Administrativos terá garantido outro impacto no Orçamento da União na ordem de R\$ 420 milhões. Com relação ao piso salarial, colocou que “temos variáveis que podem ser trabalhadas na tabela... estas variáveis têm que ter visão de processo de negociação...” Colocou ainda que “você lutaram 20 anos pela Carreira... Todo mundo aqui é experiente sobre o significado do processo negocial em curso... e que concretamente... podem negociar a Tabela histórica através do piso ou do step, a médio prazo...” Para o MEC o enquadramento da 2ª etapa representa uma valorização do técnico administrativo dentro do ambiente da Universidade. Supera o preconceito, valoriza e mostra que o técnico-administrativo tem um papel importante no fazer da Universidade. Acrescentou “... É de conhecimento de todos que a direita tem uma visão discriminatória contra o servidor público e dentro das Universidades contra o trabalhador técnico-administrativo”. A Deputada Fátima Bezerra solicitou que fosse dada a fala ao Coordenador da FASUBRA Sandro, que questionou ao MEC sobre a Proposta de Racionalização de Cargos, Sobre o Auxílio Alimentação e sobre o fato de não constar no documento do MEC à data de repercussão orçamentária das 2ª etapa do enquadramento. O MEC, na pessoa do Secretário Executivo Jairo Jorge, mostrou o documento do Ministério onde consta que em janeiro de 2006 serão implantados a 2ª etapa do enquadramento e com relação ao Auxílio Alimentação disse que deverá ser objeto de negociação na Mesa. Finali-

“Jairo Jorge faz um apelo, ratificando o compromisso do MEC, já formalizado, de que até 30 de setembro o MEC estará cumprindo com o seu compromisso com a FASUBRA.”

zou dizendo que ambas questões estão na ordem do dia no processo negocial, como os demais itens da pauta. A Deputada Fátima Bezerra agradeceu a todos (as) o alto nível do diálogo e colocou a expectativa da Bancada de que com o resultado deste diálogo possa ser construído um entendimento. Acrescentou “o Governo foi franco e apresentou uma proposta e um apelo de crédito a sua palavra, formalmente apresentada, apelando pela suspensão do movimento grevista... Agora cabe ao movimento avaliar. Colocou, mais uma vez a Bancada a disposição do movimento”.

Resolução do Comando Nacional de Greve (31/08)

Considerando:

01. Que as iniciativas da categoria, após 15 dias de greve, começam a conquistar fatos novos, a saber:
 - O governo recebeu o CNG, fato que não estava garantido até ontem dia 30/8.
 - O MEC, na figura do Secretário Executivo, garantiu que a “não absorção do VBC” é proposta de governo.
 - O Secretário também garantiu que os R\$ 420 milhões já estão na LDO de 2006.
02. Que a intermediação dos parlamentares está sendo positiva e foi muito importante para a reunião de hoje, 31/8.
03. Que o crescimento de nossa greve, já somos 35 universidades com atividades paralisadas, tem garantido e sustentado as posições do CNG.
04. Que há elementos novos na conjuntura no que toca à questão orçamentária.
05. Que o governo condicionou retomar o processo de negociação ao término da greve.
06. Que o governo condicionou a garantia dos R\$ 420 milhões ao término da greve.

Orientações do CNG

01. Continuidade e fortalecimento da greve com atividades na base.
02. Rodada nacional de assembleias no período de 1º a 6 de setembro com o objetivo de avaliar os informes das reuniões ocorridas no dia de hoje 31/8, bem como analisar, também, as duas visões apresentadas no CNG sobre o momento de nossa greve que seguem em anexo a este IG.
03. Participação nas atividades do Grito dos Excluídos com colunas da Educação Federal e panfletagem junto a população que participa do desfile oficial.
04. Que neste momento é necessário demonstrar firmeza e unidade nos encaminhamentos da Greve;
05. Aproveitar a mobilização dos setores da educação para atividades conjuntas, ainda que tenhamos pautas distintas, atos unificados podem contribuir com o movimento, desde que não firmem resoluções de nossas instâncias;
06. Procurar parlamentares nos Estados para explicar o motivo da Greve e demonstrar que não fomos nós que rompemos com o processo de negociação;
06. Elaboração de Nota à Imprensa a ser enviada a todos os órgãos de comunicação;

Greve – avaliação do movimento

Ao completarmos 28 dias de Greve, a FASUBRA consolida um grande movimento nacional, com 36 Universidades já paradas. A interrupção do processo de negociação por parte do governo, verificada na audiência do dia 02 de agosto, foi o estopim para a deflagração de nosso movimento.

As incertezas apresentadas naquela audiência demonstraram que era o momento de disputarmos o que fora acordado na Greve anterior e que estava sob ameaça. O resultado da maioria das assembleias indicou a construção de uma greve com eixo específico:

I - Garantia de recursos orçamentários no orçamento de 2006 para:

a) Implantação da 2ª etapa da carreira

- Níveis de capacitação

- Incentivo de Qualificação

b) Racionalização dos Cargos

II - Resolução imediata do VBC (Vencimento Básico Complementar)

III - Atendimento da Pauta específica de reivindicações protocolada no MEC no tocante aos benefícios:

- Auxílio à Saúde;

- Reajuste do Vale Alimentação;

- Parcelamento das férias;

- demais pontos de pauta.

A Greve vem cumprindo um papel fundamental, obrigando o MEC a recuar da posição apresentada na Mesa do dia 02 de agosto, na pessoa de Sílvio Petrus, afirmando a manutenção do processo negocial e a garantia dos recursos para 2006.

A avaliação equivocada do Vamos a Luta, que pretendiam transformar a greve num instrumento político-partidário, não vingou. A crise político-institucional em que se envolveu o governo não se transformou em bandeira para nossa luta, apesar do descumprimento desses setores à resolução de Plenária relativa à participação na Marcha Contra a Corrupção do dia 16 de agosto.

A FASUBRA, de forma unânime, posicionou-se categoricamente contra a corrupção e pela punição exemplar dos possíveis culpados. Cerramos fileiras em conjunto com os Movimentos

Sociais e Populares do campo da esquerda, com o cuidado de não aproximar nossas posições com setores oportunistas de direita.

De uma audiência de incertezas (02 de agosto), passamos a uma outra de garantias formais (31 de agosto). De um quadro de não saber quando começaria a implantação da segunda etapa da nossa carreira, à afirmação de que “está na lei e será cumprido a partir de janeiro de 2006”. Da falta de proposta formal para o problema do VBC, à formulação de uma proposta escrita (não absorção) para a nossa categoria.

O Secretário Executivo do MEC Jairo Jorge disse que agora esta é uma posição de governo e que os R\$ 420 milhões (2ª etapa de enquadramento e Resolução do VBC) e R\$ 370 milhões (tabela com step de 3,6% - janeiro/2006) “cabem nos R\$ 9 bilhões anunciados para o funcionalismo na peça orçamentária”. Tudo isso em função da nossa Greve.

É contraditório que o Grupo Vamos a Luta diga que a palavra e os documentos formais do Governo não têm credibilidade e ao mesmo tempo defendam a manutenção da Greve sem horizontes para “forçar uma negociação real com o Governo” que eles não acreditam, desqualificam e fazem oposição sistemática.

Um outro elemento diferencial e qualitativo é a presença dos parlamentares na negociação, que reforçam e testemunham o processo, além do peso político que representam. A vinda da Andifes para a mesa de negociação traduz-se, também, em fato novo, que deve ser considerado em nossas análises. A Greve, portanto, atingiu seu objetivo imediato. O eixo central da greve foi alcançado, com a garantia formal dos recursos orçamentários e negociação dos demais itens da pauta, como Racionalização dos Cargos, Auxílio Saúde, Auxílio Alimentação, dentro do calendário acordado inicialmente.

A FASUBRA ao longo de sua trajetória histórica, sempre se pautou no investimento das negociações, conduzindo com res-

pensabilidade e equilíbrio a direção do movimento. A avaliação dos cenários da Greve deve fazer parte das nossas avaliações e decisões sobre os rumos da Luta. Movimentos táticos exi-

gem uma postura corajosa e responsável da Direção, que deve indicar o caminho para a Base que possibilite as condições concretas para a conquista dos objetivos da classe.



Avaliação do CNG sobre consulta à categoria para suspensão da greve

1. A categoria em nível nacional, por ampla maioria, se posicionou contra a suspensão da greve.

2. A posição inequívoca dos técnico-administrativos demonstra a insatisfação com a postura do governo e em não apresentar uma resposta completa à nossa pauta.

3. O histórico recente não credencia este governo a apresentar um “compromisso” na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e/ou na Lei Orçamentária (LO) a garantia de recursos para a segunda etapa.

4. A experiência da Fasubra em negociar durante greves aponta para o seguinte quadro:

Só se efetivam as propostas depois de negociadas entre Governo e CNG, contendo no termo de acordo os desdobramentos da negociação, bem como

instrumento jurídico acompanhado de acordo de líderes para votação e o termo de acordo é avalizado por Andifes e parlamentares.

5. Nossa greve se insere numa conjuntura extremamente complexa.

6. O Governo e o Congresso estão mergulhados numa profunda crise política e moral, agora surge a confirmação do envolvimento de Severino Cavalcante, Presidente da Câmara dos Deputados, em mais um escândalo de corrupção. Parece que, finalmente, Maluf terá o que merece depois de anos roubando os cofres públicos.

7. Diante de todos este cenário o CNG reafirma as deliberações da Plenária da Fasubra quanto ao processo de corrupção que estamos assistindo.

- apuração até o fim de to-

AVALIAÇÃO

“O resultado da maioria das Assembléias de Base remete a uma necessária reflexão e avaliação sobre a compreensão que temos acerca de nossa Greve”

das as denúncias

- cadeia para todos os corruptos e corruptores

8. Frente a este cenário nossa greve tem dificuldades de romper o bloqueio da mídia, exigindo de nós mais esforço para fortalecer e divulgar nossa greve na base. Neste sentido, o CNG orienta que os Comandos Locais de Greve e as Assembléias discutam atividades nas universidades e na rua para dialogar com a população e mostrar nossa disposição de luta.

9. As iniciativas em nível nacional são importantes, porém as atividades da base são decisivas para sucesso de nossa greve, assim, o CNG reafirma, além das demais tarefas já indicadas, que se busquem reuniões com deputadas (os) e senadoras(es) para buscar apoio às nossas reivindicações.

10. Buscar junto com as Associações de Docentes e DCE's e realizar atividades do tipo "Universidade na Praça" para divulgar a greve e a produção da universidade.

11. O Congresso Nacional sempre foi um espaço que a FASUBRA soube utilizar, principalmente durante as greves. O CNG entende que neste momento devemos articular a comissão do CNG que vai atuar no Congresso com um documento a ser distribuído a todas(os) parlamentares explicitando porque estamos em greve, qual nossas reivindicações e porque as assembléias definiram pela continuidade.

12. A discussão do orçamento está na ordem do dia e há elementos que permitem trabalharmos ainda em 2005, a saber:

- os sucessivos recordes de arrecadação, tanto com exportações como receita de impostos.

- a estimativa do Produto Interno Bruto (PIB) foi revista positivamente pelo governo, o que prova que há dinheiro para continuarmos com a bandeira de resolução do VBC para 2005.

13. Além de disso seguimos na batalha para garantir e am-

pliar recursos no orçamento de 2006, tanto para garantir a segunda etapa como a questão da racionalização.

14. A Andifes tem, acompanhado todo o processo de discussão da carreira, O CNG solicitará uma reunião formal com a direção desta entidade para discutir seu papel neste processo e colocando que a resolução do VBC, bem como a racionalização dos cargos e a segunda etapa da carreira são elementos importantes para retornar o equilíbrio nas universidades.

15. O governo apresentou em seu documento e na reunião do dia 31/8 que, caso estivessemos em greve os R\$ 420 milhões não estariam garantidos e não haveria negociação.

16. O CNG afirma e reafirma que em nenhum momento rompeu o processo de negociação e não abriu mão de qualquer recurso apresentado em documentos e/ou em reuniões com o governo e solicita ao MEC audiência para tra-

tar de nossa pauta.

17. O CNG convoca a assessoria da direção sobre carreira, bem como a comissão técnica do GT-Carreira sobre VBC para:

- discutir e finalizar o ambiente de Artes, Comunicação e Difusão e o impacto da proposta de racionalização;

- estudar o impacto e o que significa "não absorção do VBC" e

- os anexos que tratam do incentivo à qualificação e níveis de capacitação.

18. O CNG informa que está debatendo a realização de várias atividades como Caravana, acampamento em frente ao MEC e outras atividades de impacto e estará encaminhando para as assembléias em outro momento.

Obs.: O Comando Nacional de Greve informa que os pontos 2, 3 e 4 deste documento foram destacados, debatidos e votados, sendo aprovados por maioria do CNG, os demais pontos foram aprovados sem destaques.

COMANDO DE GREVE

Por que estamos indicando a suspensão da greve!

O instrumento de luta da greve não deve ser utilizado de forma banalizada

O resultado da maioria das Assembléias de Base, remete a uma necessária reflexão e avaliação sobre a compreensão que temos acerca de nossa Greve, o caminho a ser percorrido e os cenários que se apresentam para esta luta, sem deixar de contextualizar a Greve na conjuntura em que vive o país.

A avaliação do CNG-FASUBRA, remetido no IG- justifican-

do a continuidade da Greve está eivado de contradições que mereceram destaque supressivo do COLETIVO REAFIRMAR A LUTA, e mesmo sendo derrotadas as nossas posições por uma diferença pequena de votos, resolvemos manter a nossa posição para não assumirmos mais tarde o erro grave de omissão.

O que motivou a decisão das AGs/ base de continuidade da Greve?

Buscamos inicialmente analisar as deliberações das assembléias sobre a suspensão ou não da greve, e o documento elabo-

rado pelo CNG, e ficamos cada vez mais convictos de que a avaliação feita anteriormente por este coletivo no documento Greve: O Momento do Movimento estava correta.

As diversas entidades que aprovaram a continuidade da greve se basearam em motivos diversos, o que demonstra uma falha na leitura do momento e em qual greve estamos inseridos.

Os motivos

● Incerteza com relação a garantia (ou falta) por parte do governo para sustentar a pro-

posta,

● Compreensão de que o VBC deve ser resolvido ainda em 2005,

● Compreensão de que a racionalização deve ser imediatamente implantada

● Compreensão de que o aumento do auxílio-alimentação, a implantação do Plano de Assistência à Saúde, entre outros itens da pauta deveriam ser vencidos ainda no processo de greve.

● Algumas entidades se mantêm em greve por pautas internas.

COMANDO DE GREVE

As contradições

O documento do CNG, em seu 4º item, afirma: “Só se efetivam as propostas depois de negociadas entre Governo e CNG, contendo no termo de acordo os desdobramentos da negociação, bem como instrumento jurídico acompanhado de acordo de líderes para votação e o termo de acordo é avalizado por Andifes e parlamentares”. Essa reunião já ocorreu e o Governo já afirmou a proposta de implantação da segunda etapa do enquadramento, bem como a não absorção do VBC na tabela de janeiro de 2006.

Ora, essa é, portanto, uma etapa que estava sendo vencida, e que deveria implicar na assinatura do termo de compromisso e o restabelecimento da mesa de negociação. Quando o governo /Mec apresentou formalmente documento assinado e entregue a FASUBRA por duas vezes, sendo a última na presença de todo o CNG, de parlamentares e reitores, a nossa intenção e disposição do Governo – no próximo passo – era caminhar para a assinatura deste Termo. No entanto, o documento foi rejeitado pelo CNG, por não acreditar no mesmo!!! E ainda... com a compreensão de que não existe garantia segura neste Governo... Várias vezes provocamos o debate sobre O QUE É GARANTIA!!! Que garantias os companheiros (as) do Vamos a Luta, exigem neste momento??? Já que não acreditam em nenhuma... Nem em documento assinado pelo Lula...Nem no Orçamento, onde já constam recursos na ordem de 9 bilhões para os servidores públicos???

O documento do CNG no item 16 afirma “O CNG afirma e reafirma que em nenhum momento rompeu o processo de negociação e não abriu mão de qualquer recurso apresentado em documentos e/ou em reuniões com o governo”



Ora... como o CNG não abre mão de um recurso que, segundo o próprio CNG, não existe e não acredita no conteúdo do documento onde os mesmos constam de forma oficial!!! Como o Governo vai entender e reagir a esta posição contraditória!!!

Após a decisão do CNG, indicando o caminho de Continuidade de Greve e de não aceitar a proposta do Governo, pois não acredita nela, optamos por deixar que os companheiros do Vamos a Luta apresentassem como seguir este caminho de forma segura, para atingir o objetivo final. Como fica a análise dos cenários e perspectivas da Greve a partir de agora? Como caminhar nesta estrada sem conhecê-la, sem saber para onde vai....? Onde fica a responsabilidade da Direção neste processo...? No final de todo o debate foram apresentadas as resoluções de conhecimento de todos, que em sua essência repetem as orientações do início da Greve, e apresenta as contradições acima mencionadas, que por si só merece uma resposta da base!!!

Reafirmamos a nossa posição

Não é a primeira Greve que a FASUBRA faz, e temos a convicção de que os demais pontos de nossa pauta de reivindicação, como Racionalização e desdobramentos da proposta de resolução de VBC, podem ser discutidos dentro da mesa de negociação. Temos que ser honestos com nossa base: a Fasubra ainda não tem fechada qualquer proposta, sobre estes dois itens citados, para colocar na mesa de negociação, seja ela em greve ou não.

Os estudos elaborados pelo GT CARREIRA para a solução definitiva do VBC, ainda não foram discutidos nas bases e necessitam da realização de seminários para escolha da melhor proposta.

• A racionalização dos cargos não está concluída. O GT CARREIRA ainda precisa finalizar alguns ambientes, promover discussões nas bases e aprovar a racionalização em uma plenária, ou comando de greve ampliado. Durante a negociação que estava em curso, foi constituído GT com esta finalidade.... Este trabalho precisa imediata-

mente ser retomado, do contrário estaremos enfrentando mais um risco, que representa inclusive o descumprimento da Lei neste quesito da racionalização.... Portanto a racionalização não se resolverá em curto prazo, dado a complexidade e o embasamento legal que sustenta o debate acerca do tema.

• A segunda etapa do enquadramento precisa da definição dos percentuais a serem aplicados. A base apresentou propostas que alteram os anexos IV e V, e que ainda não foram discutidos no GT-Carreira, como por exemplo, a igualdade de tratamento para a titulação independentemente do nível de classificação.

• Além disso, existe um conflito entre o texto da lei e o anexo IV sobre a aplicabilidade ou não do incentivo à qualificação para os cargos que estão hierarquizados em níveis de classificação acima daquele em estaria inserido se considerado apenas a escolaridade. Exemplo: vigilante, cuja exigência de ingresso é primeiro grau e está locado no nível de classificação D, que por sua vez tem exigência de segundo grau completo mais curso

“Para tanto, precisamos definir calendários de discussão na base das propostas já apresentadas em plenárias”

COMANDO DE GREVE

técnico. Caso esse vigilante tenha o segundo grau, ele faz ou não juz ao incentivo?

• Toda essa tramitação demanda tempo, seguramente superior a sessenta dias, o que reforça a tese de que não temos uma proposta para negociar, em greve, com o Governo.

A leitura que se faz hoje é de que, mais do que nunca, é preciso garantir a proposta feita pelo Governo e tentar ampliá-la na mesa de negociação.... Não podemos correr o risco de perder estes recursos.

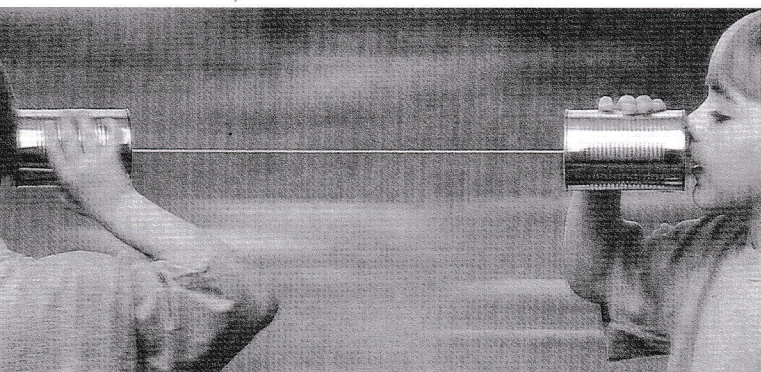
A insistência na greve pode culminar com o recuo do Governo e a retirada daquilo que já foi proposto. Esse é um risco iminente e que poderá custar muito à categoria.

Temos a clareza de que a proposta de não absorção do VBC não resolve o problema definitivamente, mas, pelo menos, garante a mais de 52 mil trabalhadores em educação técnico-administrativos a possibilidade de ter algum reajuste em 2006. E com o estabelecimento da mesa de negociação, abre-se espaço para discussão de propostas que poderão eliminar definitivamente o VBC, avançar na construção de um cronograma para atingir a nossa Tabela Histórica de piso de 3 salários mínimos e step de 5% em etapas, e no entendimento acerca da Racionalização. *Para tanto, precisamos definir calendários de discussão na base das propostas já apresentadas em plenárias.*

É preciso que a categoria seja ouvida e tenha o entendimento dos riscos de rejeitar tal proposta.

“Orientações para as bases: reafirmar a necessidade de suspensão unificada da greve com a assinatura de termo de compromisso entre o MEC e a Fasubra”

Paulo Henrique – Coord. Geral FASUBRA. (SINTET-UF)
 João Paulo – Coord. Geral FASUBRA (STU)
 Celso – Coord. Educação FSUBRA (APTAFURG)
 Léia – Coord. Educação (SINTUF-MT)
 Marquito – Coord. Formação (SINTUFF)
 Vicente – Coord. Org. Sindical (ASSUFBA)
 Marcos – Coord. Formação (SINTESPB)
 Luizão – Coord. Políticas Sociais (ASSUFBA)
 Mariani – Coord. Estaduais (SINTEPB)
 Márcia – Coord. Aposentados (SISTA-MS)
 Marlene – Coord. Adm. Finan. (SINTUFRJ)
 Jose Miguel – Coord. Rel. Trabalho (SINTUFPA)
 Fatinha – Suplente – (SINT-UFG)
 Ricardo – Suplente – (ASSUFMS)
 Luiz – Suplente – (SINTFUB)
 Antônio Tavares Dias Lage (CLG/SINT-UFG)
 Vera Lucia Garcia Alves Arruda (CLG/SINT-UFG)
 Fernando César Mota (CLG/SINT-UFG)
 Alvino Pereira Frade (CLG/SINT-UFG)
 Pedro Batista da Silva (CLG/SINT-UFG)
 Eunice Carneiro (CLG/SINT-UFG)
 Edvaldo Claudino de Lima (CLG/SINT-UFG)
 Robson Bernassoli da Silva (CLG/SINT-UFG)
 Élson Antonio de Lima (CLG/SINT-UFG)
 Demerval de Oliveira Lima (CLG/SINT-UFG)
 Catarino Ferreira de Souza (CLG/SINT-UFG)
 Divino Carlos da Silva (CLG/SINT-UFG)
 Antonio Batista da Silva (CLG/SINT-UFG)
 Humberto R. Oliveira (CLG/SINT-UFG)
 Reismar Rosa Gaião (CLG/SINT-UFG)
 Joana Rosa Mendonça (CLG/SINT-UFG)
 Elena do Bonfim Xavier (CLG/SINT-UFG)
 João Pires Júnior (CLG/SINT-UFG)
 Antonio Gonçalves da Silva (CLG/SINT-UFG)
 Júlio César Prates (CLG/SINT-UFG)



Informes da assembléia da categoria na UFG

A Assembléia Geral dos Servidores Técnico-administrativos da UFG, realizada no dia 09.09.2005, aprova a seguinte RESOLUÇÃO:

1. Manutenção da greve;
2. Reafirmar ao Comando Nacional de Greve o indicativo de suspensão de forma unificada, com transformação do movimento para estado de greve, condicionando à assinatura de um termo de acordo entre MEC e FASUBRA, testemunhada pela Comissão de Parlamentares e a ANDIFES, onde, conste os compromissos assumidos pelo Governo na discussão promovida na

reunião do dia 31.08, garantindo a instalação da mesa de negociação, onde, deveremos atuar para fazer avançar nossas conquistas e a negociação dos pontos da pauta de reivindicação;

3. Se houver a necessidade de retornar a greve, caso haja o fracasso das negociações ou com o descumprimento do acordo firmado, retornando com o movimento de greve radicalizado;

4. Fazer mais uma crítica contundente ao Comando Nacional de Greve, ressaltando o papel e a importância histórica das forças políticas na construção do movimento dos servido-

res e da FASUBRA, mas chamando a atenção para o estágio atual da nossa luta, onde deveremos priorizar nossas atenções para a discussão e conquista do eixo específico da greve, aprovado por ampla maioria no conjunto das IFES, atentando, também, para não colocar em risco o processo de negociação já conquistado até este momento, levando à categoria a possibilidade de perda dos recursos já apresentados pelo Governo na reunião do último dia 31 de agosto, com a presença do comando do MEC, do CNG, da Comissão Parlamentar e da ANDIFES;

5. Indicar que a FASUBRA

reabra, imediatamente, as discussões sobre as propostas de tabelas que solucionam o VBC; Sobre percentuais de incentivos a qualificação; Carga horário dos cursos de capacitações e do processo de racionalização, com fechamento das propostas em reunião do CNG ampliado, inclusive, com participação das entidades que não aderiram ao movimento.

Goiânia, 09 de setembro de 2005.

COMANDO LOCAL
DE GREVE